

# Fleury quer garantias para os Estados

*Governador de São Paulo disse que não aceitará alterações nos repasses de verbas da União para Estados e Municípios, como pretende fazer o ministro da Fazenda*

Wilson Pedrosa/AE — 21/10/92

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, teme que as mudanças no Imposto de Renda e no Orçamento da União possam criar problemas para os Estados e municípios. "Fala-se que poderá haver uma redução no repasse para os Estados e municípios, e isso, de forma alguma poderá ocorrer", disse. Ele se negou a fazer uma análise mais ampla das medidas econômicas que devem ser anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o governador, tudo o que se sabe é o que o governo não vai fazer. "Isso a equipe econômica fala exaustivamente, mas sobre o que vem por aí de medida ninguém sabe", criticou Fleury. Ele garantiu, porém, inclusive ao presidente Itamar Franco, com quem participou da cerimô-

nia de declaração de aspirantes da Academia de Força Aérea, em Pirassununga, Interior de São Paulo, que apoiará as medidas "se elas forem do interesse do País".

Já o líder do PSDB no Senado, Mário Covas (SP), previu que as medidas anunciadas ontem pelo ministro Cardoso vão enfrentar di-

ficuldades no Congresso. "Vão surgir reações políticas", disse o senador, adiantando que as medidas poderão ser modificadas durante o processo de negociação com os parlamentares.

"Quem discordar, deve apresentar al-

ternativas", recomendou o líder. Covas afirmou que o ministro da Fazenda está consciente das dificuldades que vai enfrentar para aprovar, por exemplo, o aumento das alíquotas dos impostos federais. "Essas coisas não se fazem sem negociação", insistiu.

## COVAS PREVÊ DIFICULDADES PARA O GOVERNO



*Fleury: "Apóio as medidas se forem de interesse para o País"*

**IPI** — O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS/PE), disse ontem ao presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que o governo manterá a Medida Provisória 368, que trata da redução dos prazos para recolhimento do IPI e vem provocando protestos de empresários. Freire afirmou en-

tender o argumento dos industriais — de que a MP é um fator complicador a mais para as indústrias, que já vêm sofrendo queda de atividade e de nível de emprego —, mas assegurou que a medida não será retirada, pois o governo tem tarefas a cumprir nas áreas de seguridade social e saúde. Freire negou ter dito que os empresários boicotavam o governo ao se manifestarem contra a MP.